



TERMO DE REFERÊNCIA PARA SERVIÇOS

1. DO OBJETO

1.1 Contratação de empresa especializada para os serviços de controle de pragas e vetores urbanos, para atender as necessidades do Almoxarifado Central e da Secretaria de Licitações e Planejamento, pelo período de 1 (um) ano, conforme condições, especificações, exigências e estimativas estabelecidas nos autos, bem como nas demais cláusulas deste instrumento.

1.2	Requisitante:	Secretaria de Licitações e Planejamento
1.3	Fundamentação legal:	Lei nº 14.133/2021, Art. 75, inciso II - Dispensa de Licitação
1.4	Período:	1 (um) ano, prorrogável por igual período, nos termos do Art. 107 da Lei nº 14.133/2021
1.5	Tipo:	Menor preço global, de acordo com Art. 33, inciso I, da Lei 14.133/2021

2. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, “a” e “i” da Lei n. 14.133/2021).

2.1 Contratação de empresa para prestar os serviços de desratização, desinsetização, consistindo no controle integrado de vetores e pragas, como ratos, camundongos, baratas, formigas, moscas, mosquitos, aracnídeos, quilópodes e quaisquer outros insetos que possam causar agravos à saúde e/ou prejuízos econômicos, bem como na garantia de um ambiente adequado e microbiologicamente controlado, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
1	Serviço de eliminação de vetores e controle integrado de pragas urbanas, nos ambientes internos e externos do Almoxarifado Central este localizado a Rua Clarindo da Rosa Teixeira, nº 130A - Conselheiro Paulino. METRAGEM TOTAL DO ALMOXARIFADO CENTRAL: 1.009 m² . Serviço Mensal, pelo período de 12 meses, sendo possível prorrogação por igual período.	3417	SERVIÇO	12
2	Serviço de eliminação de vetores e controle integrado de pragas urbanas, nos	3417	SERVIÇO	12



	<p>ambientes internos e externos da Secretaria de Licitações e Planejamento, localizada a Avenida Alberto Braune, nº 224, sobreloja - Centro.</p> <p><i>METRAGEM TOTAL DA SECRETARIA DE LICITAÇÕES E PLANEJAMENTO: 249,98 m².</i></p> <p>Serviço Mensal, pelo período de 12 meses, sendo possível prorrogação por igual período.</p>			
--	--	--	--	--

2.2 A presente contratação é caracterizado como comum, e não se enquadra como bem/serviço de luxo, conforme Decreto Municipal nº 1746, de 29 de setembro de 2022 (<https://www.pmnf.rj.gov.br/uploads/pagina/arquivos/Decreto-Municipal-no1746-de-29-de-setembro-de-2022.pdf>).

2.3 Os serviços desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

2.4 O prazo de vigência da contratação é de 1 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período, na forma do Art. 107 da Lei 14.133/2021.

2.5 Trata-se de serviço contínuo, onde a interrupção pode causar grandes prejuízos ao funcionamento da administração municipal de Nova Friburgo.

3. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'b' da Lei n. 14.133/2021).

3.1 A Fundamentação da Contratação e seus quantitativos encontram-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3.2 A presente contratação se faz necessária para garantir a higiene, a segurança sanitária e a preservação dos materiais armazenados no Almoxarifado Central, pertencente a esta Secretaria de Licitações e Planejamento.

3.3 No Almoxarifado Central são armazenados, entre outros itens, gêneros alimentícios como biscoitos, leite e açúcar, os quais naturalmente atraem insetos e outros animais. A presença desses produtos aumenta o risco de infestação, podendo resultar na inutilização dos alimentos estocados e na proliferação descontrolada de pragas urbanas.

3.4 O serviço de controle de pragas urbanas já vem sendo executado há aproximadamente dois anos, demonstrando-se eficiente no combate às infestações anteriormente presentes no local, como ratos, baratas e formigas. A continuidade dessa prestação de serviço é, portanto, essencial para manter o ambiente salubre e assegurar a integridade dos produtos armazenados.

3.5 Informamos que o serviço de dedetização será realizado pela primeira vez na sede da Secretaria de Licitações e Planejamento. Ressaltamos que, após a unificação de todos os membros da equipe em uma única unidade, foi constatado um aumento significativo na presença de pragas urbanas, com destaque para baratas e formigas.



3.6 A situação tem gerado considerável desconforto aos servidores, além de representar riscos à saúde e comprometer as condições de salubridade do ambiente de trabalho.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'c')

4.1 A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4.2 A empresa contratada deverá prestar os serviços de desratização, desinsetização, consistindo no controle integrado de vetores e pragas, como ratos, camundongos, baratas, formigas, moscas, mosquitos, aracnídeos, quilópodes e quaisquer outros insetos que possam causar agravos à saúde e/ou prejuízos econômicos, bem como na garantia de um ambiente adequado e microbiologicamente controlado.

4.3 O serviço deverá ser prestado mensalmente nas dependências do Almoxarifado Central, tanto na área interna como na externa.

4.4 A aplicação na Secretaria de Licitações e Planejamento deverá seguir a mesma periodicidade.

4.5 Estas aplicações deverão ser previamente agendadas com os servidores indicados pela Contratante, com no mínimo 7 (sete) dias de antecedência, via e-mail.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, alínea 'd' da Lei nº 14.133/21)

5.1 Os serviços de desratização, desinsetização, consistindo no controle integrado de vetores e pragas, como ratos, camundongos, baratas, formigas, moscas, mosquitos, aracnídeos, quilópodes e quaisquer outros insetos que possam causar agravos à saúde e/ou prejuízos econômicos.

5.2 Os produtos a serem aplicados/manejados para a execução deste serviço, necessitam, conforme prevê a legislação vigente, serem aplicados por técnicos habilitados, observando todas as normas técnicas e garantindo total segurança.

5.3 A contratada deverá cumprir integralmente os requisitos estabelecidos na Lei nº 7.806, de 12 de dezembro de 2017, sendo responsável por fornecer todos os materiais, equipamentos, mão de obra, assistência técnica e informações necessárias à plena execução dos serviços contratados.

5.4 O serviço deverá ser executado com periodicidade mensal, pelo período de 12 (doze) meses consecutivos, abrangendo ambientes internos e externos, visando à eliminação e controle total de insetos e pragas urbanas, conforme a legislação sanitária vigente.

5.5 A periodicidade mensal visa assegurar a eficiência contínua do controle, contribuindo para a qualidade ambiental dos espaços tratados e garantindo a efetividade das ações preventivas e corretivas durante toda a vigência contratual.

5.6 Estas aplicações deverão ser realizadas preferencialmente as últimas sextas-feiras do mês (mediante agendamento prévio).

5.7 A empresa contratada deverá apresentar comprovação de regularidade jurídica, fiscal, sanitária e ambiental, atendendo aos seguintes requisitos: credenciamento junto ao Instituto Estadual do Ambiente – INEA; registro válido da empresa e do responsável técnico junto ao respectivo Conselho Profissional de Classe; alvará de funcionamento expedido pelo órgão competente; licença/inscrição sanitária e ambiental válidas,



conforme a atividade exercida; estar devidamente cadastrada e com a regularidade fiscal e jurídica comprovada perante os órgãos fiscalizadores das esferas municipal, estadual e federal, incluindo a apresentação de certidões negativas ou positivas com efeito de negativa, conforme exigido na legislação vigente.

5.8 Os funcionários envolvidos neste serviço deverão estar devidamente uniformizados, identificados e utilizando todos os equipamentos de proteção individual que a legislação vigente exija.

5.9 Para tal serviço, a empresa vencedora deverá fornecer todos os insumos e produtos necessários a plena realização dos trabalhos, bem como arcar com as custas referente ao transporte, materiais, funcionários (incluindo encargos sociais) e ferramentas.

5.10 Fica FACULTADA, a(s) empresa(s) interessada(s) na contratação, visita técnica aos imóveis contemplados pelos serviços descritos neste instrumento, para levantamento geral das condições das áreas e melhor elaboração de proposta.

5.11 A empresa deverá emitir Relatório de Execução ou documento equivalente que comprove a execução dos serviços, indicando as informações dos produtos utilizados durante as aplicações, tais como: nome do produto, princípio ativo, metodologia de aplicação, antídoto e registro no Ministério da Saúde.

5.12 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5.13 Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21.

6. VISTORIA

6.1 A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 10 horas às 14 horas.

6.2 Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

6.3 A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

7. MODELO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL (arts. 6º, XXIII, alínea “e” da Lei n. 14.133/2021).

7.1 A execução dos serviços ocorrerá mensalmente, com prazo de vigência do contrato de 1 (um) ano, contado a partir da data de sua assinatura.

7.2 A execução dos serviços deverá ser agendada com antecedência junto a servidor designado pela Contratante, mediante solicitação enviada ao e-mail apoiosmilpmnf@gmail.com.

7.3 Os serviços serão prestados nos seguintes endereços:

7.3.1 ALMOXARIFADO CENTRAL - Rua Clarindo da Rosa Teixeira, nº 130 A - Conselheiro Paulino - Nova Friburgo - RJ - CEP 28.633-370.

7.3.2 SECRETARIA DE LICITAÇÕES E PLANEJAMENTO - Avenida Alberto Braune, nº 224- sobreloja - Centro - Nova Friburgo - RJ - CEP 28.613-000.



8. MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS

8.1 Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades adequadas ao pleno atendimento às demandas dos setores atendidos.

9. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

9.1 Embora o serviço seja cobrado mensalmente, o tamanho dos ambientes onde os produtos serão aplicados influencia diretamente na precificação, devendo ser considerado na composição do valor contratado. Por essa razão, abaixo descrevem-se as metragens dos respectivos ambientes a serem atendido:

9.1.1 ALMOXARIFADO CENTRAL: **1.009 m²**

9.1.2 SECRETARIA DE LICITAÇÕES E PLANEJAMENTO: **249,98 m²**

10. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (art. 6º, XXIII, alínea “f” da Lei nº 14.133/21)

10.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, *caput*).

10.2 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos, que serão designados posteriormente pela autoridade requisitante, antes da execução do objeto, através de publicação de Ordem de Serviço (Lei nº 14.133/2021, art. 117, *caput*).

10.3 O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

10.4 O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

10.5 O contratado deverá manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato. (Lei nº 14.133/2021, art. 118).

10.6 A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade (IN 5, art. 44, §1º)

10.7 O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

10.8 O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

10.9 Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, *caput*).

10.10 A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).



10.11 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim (IN 5/2017, art. 44, §2º).

10.12 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato (IN 5/2017, art. 44, §3º).

10.13 Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF.

10.14 Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF.

11. DO RECEBIMENTO

11.1 Os serviços serão recebidos conforme a execução das aplicações, mediante a emissão de Relatório de Execução ou documento equivalente que comprove a realização dos serviços. Uma cópia desse documento será anexada ao processo de pagamento.

11.2 O Contratado fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última aplicação do serviço até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento.

11.3 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser-corrigidos/refeitos no prazo de 3 (três) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

11.4 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

12. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'h', da Lei n. 14.133/2021)

12.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de dispensa de licitação, com fundamento na hipótese do art. 75, inciso II, da Lei n.º 14.133/2021.

12.2 Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

- ✓ SICAF;
- ✓ Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);
- ✓ Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/cnep>);

12.3 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.



12.4 Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

12.5 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

12.6 O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.

12.7 Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do fornecedor será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

12.8 É dever do fornecedor manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.

12.9 Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

12.10 Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

12.11 Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

12.12 Para fins de contratação, deverá o fornecedor comprovar os seguintes requisitos de habilitação:

12.13 Habilitação Jurídica:

- a)** Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
- b)** Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- c)** Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- d)** Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- e)** Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77 de 18 de março de 2020.
- f)** Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;



- g) Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- h) Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971.
- i) Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.
- j) Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n.º 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).
- k) Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

12.14 Habilitações fiscal, social e trabalhista;

- l) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- m) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- n) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- o) Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- p) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.
- q) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual, se houver, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- r) O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.
- s) prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;



- t) Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais ou distritais relacionados ao objeto, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de certidão ou declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou por meio de outro documento equivalente, na forma da respectiva legislação de regência.

13. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

13.1 O descumprimento, por parte da CONTRATADA, das obrigações assumidas no Presente Termo de Referência, ou dos preceitos legais pertinentes, ensejará a aplicação das sanções previstas na lei 14.133/2021.

13.2 Comete infração administrativa a CONTRATADA que:

13.2.1 der causa à inexecução parcial do contrato;

13.2.2 der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

13.2.3 der causa à inexecução total do contrato;

13.2.4 deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

13.2.5 não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

13.2.6 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

13.2.7 ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

13.2.8 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

13.2.9 fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

13.2.10 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

13.2.11 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

13.2.12 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

13.3 Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP, ou conluio, entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances;

13.4 Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à empresa, observando a gravidade das faltas cometidas, as seguintes sanções:

13.4.1 Advertência;

13.4.2 Multa:

13.4.2.1 compensatória no percentual de até 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total do contrato, pela recusa em assiná-lo, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, após regularmente convocada, sem prejuízo da aplicação de outras sanções previstas;



13.4.2.2 compensatória no percentual de até 5% (cinco por cento) do valor da fatura correspondente ao mês em que foi constatada a falta;

13.4.2.3 moratória no percentual correspondente a 0,5% (meio por cento), calculada sobre o valor total do contrato, por dia de inadimplência, até o limite máximo de 10% (dez por cento), ou seja, por 20 (vinte) dias, o que poderá ensejar a rescisão do contrato;

13.4.2.4 moratória no percentual de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total da contratação, pela inadimplência além do prazo acima, o que poderá ensejar a rescisão do contrato;

13.4.3 Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

13.4.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item anterior;

13.5 Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 3 (três) anos.

13.6 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o CONTRATADO ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item anterior

13.7 As multas e outras sanções aplicadas só poderão ser relevadas, motivadamente e por conveniência administrativa, mediante ato da Administração, devidamente justificado;

13.8 As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis;

13.9 A aplicação de quaisquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei n.º 14.133/2021.

14. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

14.1 A estimativa do valor para fins de contratação direta é de R\$ 17.359,68.

15. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município.

15.1.1A contratação será atendida pela seguinte dotação:

15.1.1.1	Elemento de Despesa:	33.90.39-43
-----------------	-----------------------------	--------------------



15.1.1.2	Fonte de Recurso:	172000000019
15.1.1.3	Programas de Trabalho:	51.002.04.122.00011.008

16. DA LIQUIDAÇÃO E DO PAGAMENTO

16.1 As notas fiscais deverão ser emitidas em nome de:

MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO

CNPJ: 28.606.630/0001-23

ENDEREÇO: AVENIDA ALBERTO BRAUNE, 225, CENTRO

NOVA FRIBURGO - RJ, CEP: 28613-001

16.2 Da liquidação da despesa:

16.2.1 A liquidação será realizada pela Secretaria de Fazenda, a partir do cumprimento das obrigações elencadas neste Termo de Referência, em obediência aos Decretos:

✓ I - 2480 de 30 de outubro de 2023.

<https://www.pmnf.rj.gov.br/uploads/pagina/arquivos/DECRETO-2480-2023-301023.pdf>

✓ II - 2493 de 07 de novembro de 2023.

<https://www.pmnf.rj.gov.br/uploads/pagina/arquivos/DECRETO-2493-2023-071123.pdf>

✓ III - 3116/2024 de 18 de Setembro de 2024

[https://www.pmnf.rj.gov.br/uploads/pagina/arquivos/DECRETO-3116-2024-180924-](https://www.pmnf.rj.gov.br/uploads/pagina/arquivos/DECRETO-3116-2024-180924-ALTERACAO-ORDEM-CRONOLOGICA.pdf)

[ALTERACAO-ORDEM-CRONOLOGICA.pdf](https://www.pmnf.rj.gov.br/uploads/pagina/arquivos/DECRETO-3116-2024-180924-ALTERACAO-ORDEM-CRONOLOGICA.pdf)

16.3 Do pagamento da despesa:

16.3.1 O pagamento será efetuado conforme estabelece o Decreto nº 2480 de 30 de outubro de 2023, 2493 de 07 de novembro de 2023 e 3116 de 18 de setembro de 2024, desde que as certidões listadas abaixo estejam dentro da validade:

- ✓ Negativa de Débitos Trabalhistas;
- ✓ Fazenda Federal – abrange as contribuições sociais;
- ✓ FGTS;
- ✓ PGE – referente a Dívida Ativa Estadual;
- ✓ Municipal – referente ao ISS e Dívida Ativa;
- ✓ Estadual CND – referente ao ICMS.

16.4 A Nota Fiscal deverá conter a identificação do Banco, número da Agência e da Conta Corrente, para que possibilite o CONTRATANTE efetuar o pagamento do valor devido.

16.5 Na ocorrência de rejeição da(s) Nota(s) Fiscal(is), motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento estipulado acima passará a ser contado a partir da data de sua reapresentação.

16.6 Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

16.7 O pagamento será efetuado pelo Município de Nova Friburgo mediante crédito em conta-corrente da contratada, até o 30º (trigésimo) dia corrido, a contar da atestação da Nota Fiscal apresentada pela contratada,



desde que cumpridas as formalidades legais e contratuais previstas, e de acordo com o Decreto Municipal nº 2493 de 07 de novembro de 2023.

17. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1 Fica desde já determinado que a proposta apresentada pelo ganhador do certame deverá ser acompanhada pela planilha de custos e formação de preços.

17.2 Termo de referência elaborado por esta subscritora auxiliada pela equipe técnica de manutenção desta Secretaria de Licitações e Planejamento

Nova Friburgo/RJ, 03 de setembro de 2025.

APOIO TÉCNICO:

Luciana Brantes dos S. Lima

Matr.: 100.286

Ratifico o presente termo de referência, nos termos da Lei Federal nº 14.133/21, bem como autorizo **O PROSSEGUIMENTO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO.**

Ciente, de acordo:

Aline Oliveira de Bustamente

Secretária de Licitações e Planejamento

Matr.: 199.017